

Órgãos fiscalizadores em SE atribuem o caos

Há cerca de um mês a única maternidade do estado especializada em parturientes de alto risco está sob interdição ética e o Ministério Público já

Karla Pinheiro

A saúde pública do Estado vem passando por sérios problemas estruturais e os acontecimentos recentes levam a crê que a situação vem piorando a cada dia. Seja na ortopedia, oncologia, pediatria ou na obstetrícia, o fato é que a população de Sergipe está à mercê da sorte. Há cerca de um mês a única maternidade do estado especializada em parturientes de alto risco, a Nossa Senhora de Lourdes (MNSL), está sob interdição ética e o Ministério Público do Estado (MPE) já ajuizou quatro Ações Cíveis Públicas (ACP) em face do Estado e da Fundação Hospitalar de Saúde (FHS) para normalizar as inadequações e garantir uma assistência de qualidade à população.

Tanto o Conselho Regional de Medicina (CRM), quanto o Sindicato dos Médicos de Sergipe (Sindimed) e o MPE atribuem o caos da MNSL à inoperância das maternidades do interior do Estado. De acordo com dados da Secretaria de Estado da Saúde (SES), existem cinco unidades hospitalares gerenciadas pela FHS que realizam partos em Sergipe. São elas: Hospital Regional Nossa Senhora do Socorro, Hospital Regional de Propriá, Hospital Regional de Nossa Senhora da Glória, Capela e na capital, a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. Ainda segundo a SES, existem instituições beneficentes com leitos obstétricos contratados pelo Sistema Único de Saúde. Essas unidades são o Hospital Regional Amparo de Maria, em

Estância, Maternidade Zacarias Júnior, em Lagarto, Maternidade São José, em Itabaiana, e Hospital Santa Isabel, em Aracaju.

Para o corregedor do CRM, Hyder Aragão, a situação da saúde pública é um problema que foge das entidades fiscalizadoras. “O problema das maternidades se arrasta há anos e a culpa é da política de saúde adotada pelo Estado de Sergipe. O que é necessário para resolver esse problema é ter maternidades. Como é que temos uma maternidade em Nossa Senhora do Socorro, Grande Aracaju, com apenas quatro leitos? Porque não se investe numa maternidade pública na capital? São decisões que ultrapassam o CRM, extrapolam qualquer entidade fiscalizadora, porque isso é uma decisão política, simplesmente a política de saúde decidiu que não teria maternidade construída e ponto final”, assegura. Ainda segundo o médico, todo o problema de superlotação na MNSL acontece pelo simples fato da maternidade está sendo utilizada para uma função que não lhe competiria. Ela dispõe de uma boa estrutura, bons profissionais, mas não estaria comportando a demanda do Estado.

“Sábado, 10 de agosto, quando chegamos à MNSL soubemos que só tinha um kit esterilizado para parto, situação ocasionada pelo volume de atendimentos. Neste dia a Maternidade Santa Izabel fechou as portas. Daí em diante se tivesse mais partos ia ter que esperar esterilizar o equipamento. A maternidade não foi dimensionada para isso, nem na estrutura física, nem de equipamentos e muito menos na estrutura de pessoal. Eu também não

culpo o Santa Izabel como a má feita da história, ele também tem uma carga de trabalho enorme, na verdade ela é a única maternidade de Aracaju e a MNSL é a reserva, mas a reserva tem feito o trabalho da titular e para piorar as maternidades do interior têm o atendimento capenga”, critica o corregedor.

O Sindimed acredita que um dos fatores primordiais para o caos estabelecido na obstetrícia é o gerenciamento equivocado dos investimentos na Saúde. Segundo o vice-presidente do Sindimed, José Menezes, várias unidades que foram construídas estão sem funcionar e a sobrecarga vem toda para a capital. “Se gastou muito dinheiro em Capela com a Unidade Leonor Franco, está sem funcionar. Em Estância foi construído um hospital novo porque o antigo estava sem condições nenhuma de atender, mas o hospital novo não funciona e os atendimentos continuam no hospital antigo. Várias maternidades estão fechadas e fazendo falta para as parturientes que sofrem com a situação e parto é emergência. Em 2009 e 2010 foram gastos cerca de R\$ 710 milhões com a Fundação Hospitalar de Saúde (SES) e não melhorou nada no interior, a atenção básica não funciona, os médicos pedem demissão porque as Prefeituras não pagam e não oferecem condições de trabalho. O estado gasta muito em saúde, mas de forma errada e o povo é que está pagando por isso”, ressalta. De acordo com a SES, a Maternidade Nossa Senhora de Lourdes registrou de janeiro a junho de 2013, mais de sete mil atendimentos. Desses,

foi registrado o apoio a 4.728 mil gestantes que apresentaram diabetes, hipertensão, cardiopatia, entre outras patologias. Em relação aos partos, foram 2.272 mil no primeiro semestre, sendo 1.028 mil considerados normais e 1.244 mil cesarianas.

Ainda segundo a SES, apesar da MNSL ser referência para o atendimento às gestantes e parturientes de alta complexidade, até o início deste mês, a maternidade possuía, em média, 50% dos atendimentos classificados como de baixo risco, o que sobrecarregava a unidade. Dos quase 13 partos realizados diariamente na MNSL, seis não deveriam ser feitos no local. Dos sete mil atendimentos nos seis primeiros meses do ano, 4.930 mil partos foram classificados como de baixa complexidade, que não necessitavam de internamento ou foram encaminhadas para o exame pré-natal. Outras 1.122 mil foram removidas para outras unidades de saúde.

• Interdição ética

Diante da situação recorrente de superlotação e escalas médicas com menos de quatro médicos plantonistas na Maternidade Nossa Senhora de Lourdes, o CRM utilizou o último recurso de sua competência, a interdição ética, para assegurar o exercício ético da profissão médica e o atendimento de qualidade.

“O que levou a isso foi a dificuldade que o médico encontra de executar suas funções. Chegou o momento que médico não conseguia trabalhar, um volume assustador de pacientes na mater-



■ Hyder Aragão: “o problema das maternidades se arrasta há anos”

nidade, isso quer dizer que para cada parturiente são duas vidas, a dela e a do bebê, em condições inadequadas de hotelaria, e isso gera entre as equipes médicas, não médicas e pacientes um mal-estar e um conflito enorme. Diante dessa situação, a possibilidade do erro médico é muito grande, foi pensando em resguardar a segurança da função ética e conseqüentemente o atendimento efetivamente de qualidade, e como sendo a última ferramenta que o conselho tem para forçar mudança nesse quadro, foi decretada a interdição ética dos médicos, nesse caso uma interdição parcial”, esclarece Hyder. A maternidade foi elaborada para trabalhar com quatro plantonistas ou mais, portanto todas as vezes que houver menos de quatro plantonistas, a maternidade é fechada e apenas casos referenciados como de alto risco é que recebem atendimento. “Essa interdição pode parecer a princípio uma malvezada para com a população, mas na verdade isso é um grito de socorro, é um grito para dizer que não tem mais condições. Condição de trabalho não é o médico querer ganhar mais, ou que ele está cansado e não quer mais trabalhar, a questão é que ele não vai conseguir aten-

der e o risco para a mãe e para o bebê é um risco real”, explica Aragão que informa também que a interdição ética vai durar até que a situação seja resolvida.

• Estatutários x Celetistas

Durante o período que foi decretada a interdição ética, várias vezes a maternidade esteve com menos de quatro médicos no plantão. A última vez foi no sábado passado, 10 de agosto. O conselho foi acionado às 18h pela própria direção da MNSL e permaneceu na unidade até às 22h. Neste dia, a maternidade Santa Izabel havia fechado as portas e as parturientes recorrem claro, à MNSL. O membro do conselho garante que o problema com as escalas médicas se agrava aos finais de semana porque diminui o número de profissionais.

“Nós temos hoje uma miscelânea de contratação na SES e na FHS, porque na verdade hoje ninguém sabe o que é Fundação e o que é Secretaria porque está tudo misturado e acho que nem eles entendem como isso funciona. O fato é que nós temos médicos estatutários e médicos celetistas. Os estatutários são os que entraram por concurso, têm uma garantia do emprego e carga-

ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
RECORTE DE JORNAIS
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO



Os na saúde à política pública inadequada

ajuizou quatro Ações contra o Estado e da Fundação Hospitalar de Saúde para normalizar as inadequações e garantir assistência de qualidade



FOTOS: LINDALDO RIBEIRO/CS

■ **Euza Missano:** "o que ocorre é que muitas vezes essas liminares não são cumpridas"

horária definida. O celetista entrou por concurso ou contratação, ganha três ou quatro vezes mais que o estatutário fazendo o mesmo serviço. Os estatutários por ganhar menos e ser da casa eles trabalham durante a semana e cumprem sua carga horária, e o final de semana fica com os celetistas. Porém, mesmo que o estatutário queira dá plantão aos finais de semana ele não pode, é proibido por uma lei estadual, mais uma vez entra a política de saúde, que não permite que o estatutário faça hora extra", ressalta o corregedor.

De acordo com Dr. Hyder, a política de saúde do Estado é inadequada, os funcionários são desrespeitados, há discrepâncias imensas de valores pagos entre funcionários fazendo a mesma tarefa, sem contar com a ausência de estruturas hospitalares, especificamente nas maternidades da Grande Aracaju, as que existem não funcionam de maneira a conter a demanda reprimida da região e do interior também. "Porque eu vou trabalhar no final de semana se eu cumpri minha carga horária e não posso ganhar hora extras? Porque essa discrepância de valor? Até porque a boa vontade é tão grande que o cargo de

estatutário foi colocado em extinção no Estado de Sergipe, não haverá mais concurso para estatutário, só para celetista. Verifique que esse é o processo na MNSL e no HGJAF, não se sabe qual a sua equipe de trabalho durante dois ou três meses seguidos porque a rotatividade é muita alta dos celetistas e isso é uma falência do sistema", afirma.

O vice-presidente do Sindimed não acredita em outra solução para o problema das escalas médicas senão o aproveitamento dos mais de mil médicos estatutários da rede estadual de saúde, que segundo ele, foi deixado de lado pela SES. "Esse é um problema que se arrasta há anos, então como é que o Estado vai fazer para arrumar essas escalas? Porque a porta de entrada do serviço público é o concurso, o estado não vai fazer concurso, então como será? Temos 1.015 mil médicos estatutários jogados de canto pela própria Secretaria de Estado da Saúde, então a solução para as escalas só depende do aproveitamento desses estatutários, mas para isso é preciso que o Estado faça um plano de carreira para esses profissionais que estão aí à disposição sem ser aproveitados", sugere Menezes.

De acordo com dados da SES

existem no Estado, na Fundação e na Secretaria, 588 médicos estatutários, e pelo regime celetista, a FHS tem 896, entre concursados e contratados. Sobre a disparidade salarial foi dito pelo órgão que são regimes jurídicos diferentes, naturezas de contratação distintas. Quando os médicos fizeram a opção pela Fundação, permaneceram com o vínculo estatutário, já que a natureza da FHS, empresa pública de direito privado, só permite ingresso por concurso público. Porém, os estatutários não são impedidos de dá plantão, inclusive estão nas escalas.

Quanto à questão salarial e reestruturação de carreira, a SES informou que para os celetistas, o Estado avançou com a aprovação e implantação do Plano de Emprego e Remuneração. Para os estatutários, o processo está em andamento. O Governo do Estado abriu o canal de negociação e vem dando continuidade às reuniões com as categorias.

• MPE

O Ministério Público Estadual (MPE) já moveu quatro ações em face do Estado e da Fundação Hospitalar de Saúde para resolver o problema da Maternidade Nossa Senhora de Lourdes. "A MNSL foi construída e pensada para ser uma maternidade de alto risco, que é uma maternidade referenciada que deve atender apenas pacientes que estejam na condição de classificação de risco como alto risco. Mas o que ocorre é que pelo não funcionamento adequado das maternidades do interior do estado, as parturientes acabam vindo para MNSL e lá acaba atendendo

baixo, médio e alto risco, aí reside o primeiro problema que é a superlotação", explica **Euza Missano, promotora de Justiça da curadoria da saúde.**

As ações movidas tratam da escala de neonatologia, abastecimento de materiais, equipamentos e medicamentos, a estrutura física, escala de médicos obstetras e a criação de um centro de referenciamento de pacientes. "A primeira ação diz respeito à escala da neonatologia e abastecimento de materiais que são imprescindíveis nas UTIs Neonatais (UTIN) que recebem bebês de alto risco, além do abastecimento de medicação e equipamentos. A outra diz respeito à superlotação da UTIN, a terceira trata da questão estrutural da maternidade, o Corpo de Bombeiros fez uma vistoria e foram detectados alguns problemas na parte estrutural e nós ajuizamos ação para que sejam corrigidos esses problemas, e a quarta que diz respeito à escala da obstetria, porque a gente precisa adequar a escala para que haja o atendimento dessas parturientes, porque enquanto não houver o funcionamento adequado do interior, essas parturientes vão continuar migrando para a MNSL", pontua a promotora. Na última ação ajuizada no dia 07 de agosto, além das escalas médicas com cinco médicos, sendo quatro plantonistas e um para reserva técnica no caso de substituição por falta de algum profissional, o MPE determina a criação de uma central de regulação para parturientes. "É nessa central que vai ser identificada a paciente de alto risco, essa central é que vai fazer o fluxo dessas

pacientes", garante a magistrada. De acordo com Missano, o MPE tomou conhecimento de que a Fundação está fazendo tratativas para fechar as escalas da obstetria, informação confirmada pela SES. "Se isso acontecer vamos ter pelo menos o mínimo de plantão que o MPE pede na ACP que é aquele que está na regulamentação da própria FHS para o quantitativo que recebe na Nossa Senhora de Lourdes. O problema é que a maternidade estava funcionando com três, ou até mesmo dois plantonistas, então ajuizamos a ação, informamos ao CRM, que provavelmente deve permanecer com a interdição ética", comenta.

As principais denúncias que chegam ao MPE é em relação às escalas médicas incompletas tanto da neonatologia, quanto da obstetria, seguida pela superlotação da MNSL que faz com que sobrecarregue a assistência quando o Santa Izabel não tem mais condições de receber pacientes. E os problemas recorrentes da falta de materiais e medicamentos, principalmente antibióticos de uso contínuo dentro do hospital.

Para as parturientes do interior que não conseguiram receber assistência na MNSL e em seu município, a orientação do MPE é procurar o promotor de justiça da comarca para que as providências sejam tomadas. "As pessoas que moram no interior devem denunciar se não houver atendimento para que sejam tomadas as providências naquela cidade específica para que a maternidade tenha funcionamento devido. Se a parturiente foi recusada na maternidade de



Várias unidades foram construídas e não funcionam"

José Menezes |
Sindimed

alto risco de Aracaju por não está em condições de alto risco, ela deve denunciar ao promotor se sua maternidade não está com obstetra, se está sem neonatologia, se não tem condições de fazer o parto para que o colega possa tomar as medidas cabíveis", instrui. A promotora informou ainda que devido ao não cumprimento de muitas liminares, o MPE pediu intercessão federal para se fazer cumprir as determinações judiciais. "Nós encaminhamos a ação, o judiciário concede a liminar estabelecendo um prazo para regularizar a situação inadequada à luz da legislação e quando não há esse cumprimento, o MPE informa ao judiciário e o procedimento entra em fase de execução para cumprimento daquela liminar. O que ocorre é que muitas vezes essas liminares não são cumpridas. O que temos feito é pedir reiteradamente a execução, a reversão da multa estabelecida para os gestores pelo descumprimento, que é diária e geralmente no valor de R\$ 5 mil, além disso, o MPE solicitou agora a intervenção federal por conta do descumprimento dessas medidas", conclui a promotora.